

JORNAL

adunicamp

ANO 14

AGOSTO 94

Publicação da Associação de Docentes da UNICAMP - Campinas - SP

ESTÁ DE VOLTA O JORNAL DA ADUNICAMP

A Adunicamp retoma, a partir desta edição, a publicação regular de seu Jornal.

Dedicado aos docentes da Unicamp e à comunidade universitária em geral, ele irá focalizar o contexto atual, dando espaço para o debate das questões que estão na ordem do dia no interior de nossa Universidade e temas ligados à conjuntura nacional, entre outros.

**PRÓXIMO NÚMERO:
NA EDIÇÃO DE SETEMBRO, A
ADUNICAMP ESTARÁ ENFOCANDO
AS ELEIÇÕES'94. AGUARDE!**

Nesta edição:

**Perspectivas para
a evolução dos
salários - Página 3**

Foto: Mário Camargo



**Adunicamp entrevista
o Reitor, Prof. José
Martins Filho - Página 4**

*Temas dos artigos:
Universidade e Democracia,
Informação na Unicamp e
Política Econômica
Páginas 6, 7 e 8*

EDITORIAL

Mesmo que os professores universitários fechassem tacanhamente os olhos à realidade social deste país, ainda assim não poderiam desinteressar-se da evolução da política econômica.

Quantitativamente, são os recursos provenientes dos impostos, refletindo antes de tudo o quadro econômico, que mantém as universidades públicas, incluindo os salários de seus funcionários.

Qualitativamente, a natureza do projeto de crescimento econômico determina o tipo, e mesmo a existência ou não, de pesquisas científicas no país. Uma política de adesão cega às estratégias de globalização econômica, implicando em importação irrestrita de tecnologia, não deixa espaço para a pesquisa na universidade brasileira. Esta só pode mostrar a plenitude de seu potencial quando a forma de inserção da nossa economia no mundo for subordinada a um projeto de desenvolvimento nacional baseado sobretudo nos recursos e na capacidade de trabalho de nosso povo.

Neste sentido cabe analisar as diretrizes do novo plano de estabilização da economia brasileira.

O Plano Real, assim como o Plano Cruzado, demonstrou a possibilidade de derrubar bruscamente altos níveis de inflação até quase zero através de reformas monetárias desenhadas para remover a assim chamada inflação inercial. Entretanto estas reformas, em si mesmas, são impotentes diante do processo inflacionário, isto é, da tendência da taxa de inflação subir para patamares cada vez mais altos. Para manter os baixos níveis de inflação conseguidos imediatamente após a reforma monetária são necessárias outras intervenções de política econômica.

O Plano Cruzado se apoiou inicialmente no congelamento de preços através de mobilização política da população. Para seu fracasso concorreram o surgimento da escassez e do ágio, bem como o interesse meramente retórico e eleitoral do governo num plano cuja aplicação efetiva atingia a liberdade de mercado, tão cara à sua própria base social.

O Plano Real, rendendo-se integralmente ao liberalismo de mercado, pretende explicitamente conter a inflação sem congelamento de preços. Para fazê-lo recorre fundamentalmente a um conjunto de medidas de natureza bem conhecida: contenção dos salários, controle de gastos públicos, altas taxas de juros e privatização de estatais.

O controle de gastos e a privatização procuram limitar a necessidade de emissão de numerário. O controle de gastos públicos ainda restringe o nível de consumo da sociedade. O arrocho salarial e as altas taxas de juros também objetivam derrubar os níveis de consumo e de formação de estoques, e com isto

baixar a inflação pelo lado da demanda.

Neste período pré-eleitoral tais medidas, claramente recessivas, não vem sendo aplicadas com zelo absoluto. Gastos eleitorais e aumento salarial do funcionalismo federal têm, nos dizeres da imprensa conservadora, comprometido o rigor com que as medidas deveriam ser implementadas. É quase consensual que após as eleições o peso destas ações será sentido com maior intensidade, caso se confirmem os resultados das pesquisas.

Até aí, nada muito diferente do que temos testemunhado a maior parte do tempo desde o fim do "milagre econômico" dos anos 70: o velho "arroz com feijão" liberal-conservador, de terríveis consequências sociais, mas cuja eficácia para controle da inflação é altamente questionável.

O Plano Real inova, entretanto, num aspecto: o da política cambial. Premidos pela dívida externa, os governos recentes têm em geral praticado uma política de desvalorização da moeda nacional frente ao dólar para favorecer exportações e frear importações. O alto valor do dólar foi sempre um fator inflacionário importante.

O Plano Real inverte esta política, valorizando a moeda nacional, e com isto dificultando exportações e barateando o preço dos produtos importados. Somado à redução dos impostos de importação, o valor artificialmente alto da nossa moeda é visto como anti-inflacionário na medida que introduz maior concorrência externa no mercado nacional. Não se atenta para o fato de que, ao subsidiar os produtos estrangeiros, o alto valor da moeda traz enorme desvantagem para a indústria nacional, já premiada pelos altos juros. Está-se diante da receita clássica para maior desnacionalização e oligopolização da economia brasileira.

Como a dívida externa continua a ser paga regularmente, a alta cotação do moeda nacional tende a desperdiçar as reservas internacionais duramente conseguidas com a política anterior. Estas reservas, que deveriam ser planejadas e criteriosamente empregadas em importações relevantes dentro de um projeto de desenvolvimento da economia nacional, passam a ser esbanjadas subsidiando importações aleatoriamente através do câmbio.

A política cambial adotada encontra assim limites no esgotamento das reservas e na resistência dos setores prejudicados pelo liberalismo nas transações comerciais com o exterior.

Por isto mesmo tal política tem fôlego curto. O valor artificialmente alto da moeda será a "âncora" básica do Plano por curto tempo, provavelmente até as eleições. Depois o Plano voltará a se basear no "arroz-com-feijão" recessivo, conhecido de velha data. A menos que as eleições digam o contrário.

RETORNA O JORNAL DA ADUNICAMP

O Jornal da Adunicamp está voltando. É nossa intenção retomar, a partir da edição deste número, a periodicidade que este órgão de divulgação da entidade já teve em outros momentos. A Diretoria de Imprensa está convencida de que o Jornal, os Cadernos da Adunicamp e outras formas de divulgação e comunicação da entidade são peças fundamentais que facilitam a comunicação da diretoria com o conjunto dos docentes, contribuem com o debate de idéias sobre a universidade e as questões nacionais e espaços para a polêmica, a divergência e a construção de novas opiniões.

Este número traz a entrevista com o Prof. Martins, realizada logo após a sua pos-

se. Preferimos mantê-la tal como foi feita à época, ainda que possa parecer defasada em relação aos acontecimentos que se sucederam - principalmente a greve e as punições dos funcionários. Nesta mesma linha, temos o artigo do prof. Guedes sobre o problema da comunicação e divulgação na Unicamp e a manifestação de parte da Representação Docente no Consu, subscrita por vários outros Conselheiros, quando da elaboração da lista tríplice para reitor.

No contexto atual, é nossa intenção dar espaço para o debate das questões que estão na ordem do dia no interior da Unicamp, tais como: o Fundo de Aposentadoria, Política Científica, Vinculação Universidade-Empre-

sas, Carreiras e mecanismos de acesso, RDIDP e trabalho universitário, gratificações, entre outras. Mas nosso Jornal será também o espaço para debatermos a universidade na atual conjuntura nacional, focalizando temas como as eleições presidenciais, projeto neoliberal e universidade, Plano Decenal de Educação, Plano Real, entre tantos outros que nos envolvem na atual conjuntura de crise que vivemos. Nossas questões organizativas, em especial a sindicalização, estarão também em debate no Jornal.

Para que possamos cumprir estes objetivos, esperamos contar com a participação de todos os colegas, enviando-nos artigos e colaborações.

EXPEDIENTE

Diretoria:

José Ricardo Figueiredo - Presidente
Ítala D'Ottaviano - 1^ª Vice-Presidente
João Wanderley Geraldi - 2^ª Vice-Presidente
Michel Sadalla Filho - 1^º Secretário
Reinaldo Camargo Rigitano - 2^º Secretário
Marcela Haun - 1^ª Tesoureira
Elias Basile Tambourgi - 2^ª Tesoureiro
Carlos Fernando de Andrade - Diretor Administrativo
Helena Costa Lopes de Freitas - Diretor de Imprensa
Helena Jank - Diretor Cultural

Jornal da Adunicamp Agosto / 1994

Edição e Projeto gráfico: Márcia Maria C. M. Fantinatti - MTB 22.521
Editoração Eletrônica: José Carlos de Souza
Tiragem: 2.500 exemplares
Distribuição gratuita

Associação de Docentes da Unicamp
Cidade Universitária "Zeferino Vaz" - Fone: (0192) 39-1148
Cx. Postal 6158 - Campinas/SP

§ALÁRIOS

Perspectivas para a evolução dos salários

A política salarial delineada pelo Cruesp no período final de nossa greve, embora faça referência à reposição de salários pela inflação do mês, condiciona esta reposição aos recursos orçamentários de forma que o comprometimento do orçamento (restrito às verbas provenientes do ICMS) com a folha salarial (incluindo todos os encargos decorrentes) tenda para 85% até o final do ano. Nada é dito acerca do próximo semestre.

Cabe reiterar algumas das avaliações feitas pela Adunicamp e pelo Fórum das Seis Entidades acerca desta política.

Primeiro, não faz sentido apresentar em data-base uma política salarial que não contemple todo o período anual.

Segundo, o limite de convergência de 85%, em si, corresponde a um índice que partiu do próprio Cruesp. Em 91, quando o comprometimento acumulado ao final do ano atingiu 90%, e em 92, quando foi de 88%, o Cruesp dizia que recuperações salariais seriam possíveis a partir de comprometimento de 85%.

Dado que neste ano houve no Cruesp manifestações explícitas de interesse em abaixar este limite ainda mais, a reiteração dos 85% pelos Reitores pode ser vista como conquista da greve no sentido de estancar a tendência de queda do comprometimento em prejuízo dos salários.

Em terceiro lugar, o critério de convergência de 85% poderia permitir reposições de perdas inflacionárias no atual semestre, dependendo entretanto da evolução da arrecadação do ICMS, e das manipulações contábeis nela feitas. Com isto o critério de convergência não assegura a compensação das perdas inflacionárias em URV e Real. Daí nossa resistência a abrimos mão da cláusula de garantia de reposição de perdas independente do ICMS, resistência que

foi interpretada erroneamente como despreocupação com o custeio das Universidades.

Não havermos conquistado esta garantia de reposição de perdas inflacionárias pode ser visto como uma derrota da greve. Deve ser observado entretanto que a perda desta garantia foi uma das imposições do Plano Real a todos os trabalhadores.

Já vivenciamos o primeiro mês de aplicação desta política.

Como justificativa para a não incorporação do abono nos salários de julho e não reposição da inflação deste mês o Cruesp argumenta que, mesmo sem quaisquer destas reposições, o comprometimento com salários já é muito alto (cerca de 96% em valor acumulado para julho e agosto).

Mantidas as tendências indicadas, o poder de compra dos salários ainda pode baixar vários pontos percentuais antes de ocorrer alguma possibilidade de reposição.

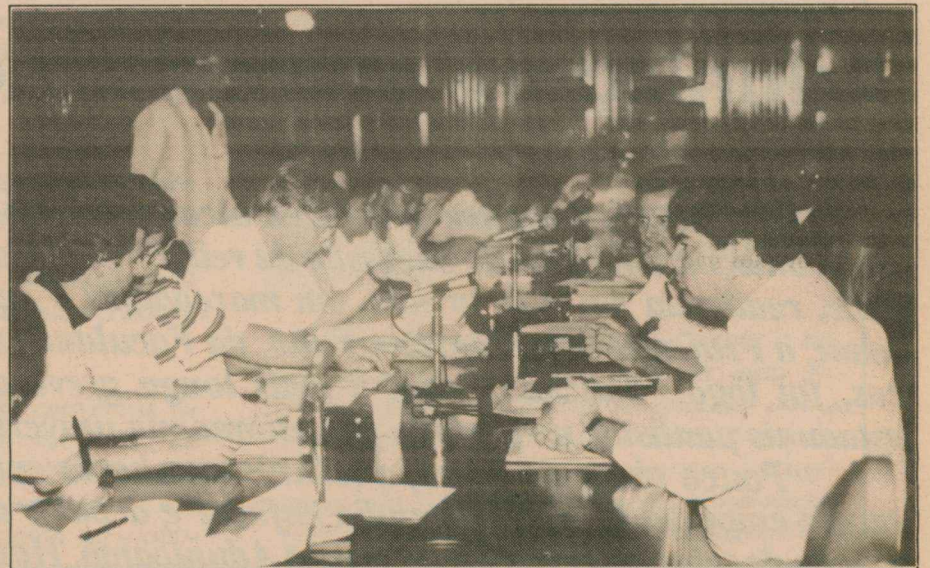
É fundamental lembrar que as planilhas do CRUESP se baseiam integralmente, por enquanto, em estimativas do ICMS, não em valores consolidados deste imposto.

No início de cada mês a Secretaria da Fazenda informa uma primeira estimativa do ICMS, sob a qual repassa valores correspondentes às Reitorias, em duas vezes, em torno do 2º e 15º dia do mês. No início do mês seguinte a Secretaria informa sua segunda estimativa, devendo a diferença entre ambas ser corrigida no 15º dia daquele mês. Após outros dois ou três meses a Secretaria fornece os dados consolidados, ocorrendo então novas transferências.

Desta forma, o valor do ICMS constante na planilha referente a julho corresponde à segunda estimativa para aquele mês, e o referente a agosto à primeira estimativa do mês.

Os números consolidados do

Foto: Mário Camargo



Primeira reunião entre Cruesp e Fórum das Seis da Campanha Salarial/94

ICMS no período aparecerão dentro de alguns meses, digamos, por exemplo, em outubro. Mas lá as planilhas estarão comprometidas por prováveis substituições para setembro e outubro. Em síntese, os números constantes das planilhas são permanentemente provisórios.

Argumentam os assessores do Cruesp que as planilhas refletem o fluxo real do caixa das universidades, que efetivamente recebem segundo as estimativas da Secretaria da Fazenda.

Dois ordens de considerações fazem-se aqui necessárias. Em primeiro lugar, as planilhas não refletem de forma rigorosa o fluxo de caixa. Por exemplo, a folha salarial é aumentada mensalmente em um nono para efetuar reservas para o 13º salário e adicional de férias, despesa esta que pode esperar até que os recursos sejam efetivamente enviados às universidades.

Em segundo lugar, não podemos aceitar que recaiam sobre os salários prejuízos advindos do descumprimento das obrigações do Governo do Estado para com as universidades. Cabe ao Cruesp, ao contrário, a tomada de atitudes de firme defesa dos recursos orçamentários.

Em reunião do Fórum com o Cruesp, ainda sob a gestão do prof. Vogt, foi admitido que os repasses realizados com atraso em virtude das subestimativas do ICMS sofriam perdas inflacionárias, de forma que as universidades recebiam efetivamente menos do que 9% da quota-parte do Estado no ICMS.

Entretanto, em seu discurso ao transferir o cargo de Reitor ao prof. Martins, o prof. Vogt optou por parabenizar os governadores Quércia e Fleury pela correção no cumprimento das transferências orçamentárias.

Mais recentemente os assessores do Cruesp informaram que desde maio deste ano as transferências orçamentá-

rias não têm sido processadas regularmente, acumulando-se atrasos. Novamente isto é dito como explicação para as dificuldades em conceder reposição salariais, mas não se observa por parte do Cruesp atitudes públicas de repúdio ao descompromisso das obrigações do Estado com as Universidades.

A este respeito, o Cruesp argumenta com a fragilidade da autonomia universitária tal como ocorre hoje, baseada em um decreto do governador, e portanto susceptível de ser revogada com outro decreto, defendendo, ao contrário, o embasamento da autonomia em lei complementar.

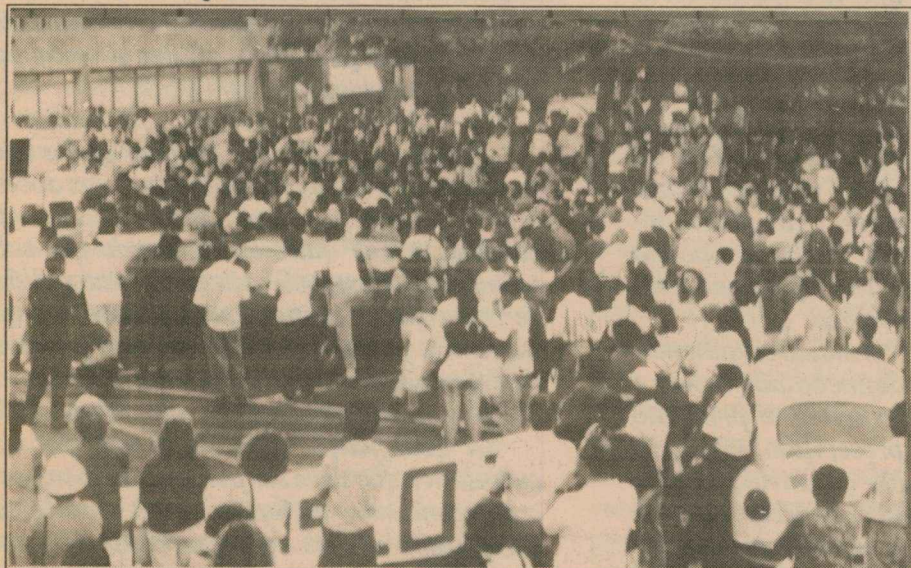
Neste último aspecto o Cruesp pode contar com o apoio irrestrito do Fórum das Seis Entidades, pela aprovação da Lei Orgânica das Universidades Públicas Estaduais.

Do ponto de vista da evolução real do ICMS as perspectivas ao longo deste ano não são negativas.

Em primeiro lugar, a contração de consumo observada nas duas primeiras semanas de julho já foi superada. Em segundo lugar, a estabilização da moeda tem um efeito positivo sobre a arrecadação na medida em que impostos, como o ICMS, pagos com atraso de algumas semanas, deixam de perder valor real significativo com este atraso. Este efeito, puramente monetário, independente da evolução real das transações comerciais, foi estimado em cerca de 8 a 10%. Em terceiro lugar, a economia tem um importante aquecimento sazonal nos meses de outubro a dezembro. Em quarto lugar, o período pré-eleitoral dificulta o emprego das medidas recessivas previstas no Plano Real.

Todos estes fatores favorecem o crescimento real do ICMS ao longo deste ano. Podem por isto facilitar a recuperação salarial, desde que nossa mobilização permita superar as manipulações contábeis.

Foto: Mário Camargo



Comunidade Universitária Unicamp - Usp - Unesp: SOS Universidade 94

ENTREVISTA

Adunicamp entrevista o reitor

O primeiro semestre letivo da Unicamp foi dos mais movimentados: começou em ritmo de sucessão de reitor - com Consulta à comunidade, realizada em dois turnos, em março/abril -, e a posse do novo reitor, o Professor José Martins Filho, da Faculdade de Ciências Médicas, foi logo "batizada" com a mais longa greve das universidades estaduais paulistas no período pós-autonomia universitária.

Pouco antes da greve, a Adunicamp havia entrevistado o reitor recém-empossado, pois pretendia enfocar e debater a nova reitoria na edição de relançamento do Jornal da Adunicamp. Houve mudanças nos planos - em função do intenso envolvimento da entidade na campanha salarial - e somente agora foi possível publicarmos a edição.

Dessa forma, apresentamos a entrevista com o Prof. Martins - que, entregue em maio/94 para publicação, continua atual - onde se estabelece um debate inicial em torno de alguns pontos fundamentais sobre o projeto de universidade como: a estrutura das fundações da Unicamp, aposentadorias e demissões X carreira, política de contratação da Unicamp, salários, convênios, cursos de graduação entre outros temas.

José Martins Filho, 50, é o sexto reitor da Unicamp. Ele está na Unicamp há 26 anos, tendo sido diretor da FCM e, a partir de 1990, vice-reitor e coordenador-geral da Universidade, na gestão do prof. Carlos Vogt. Tomou posse no dia 19 de abril, entrando agora, em seu 5º mês de mandato.

Adunicamp: 1- O senhor obteve uma vitória apertada na última consulta. Como avalia essa polarização na Universidade?

Martins - Entendo que o resultado foi mais um reflexo do processo de campanha, de características marcadamente eleitorais, do que um contraponto de idéias sobre os rumos da Universidade. A falta de discussões, durante os debates, sobre um projeto, programas e políticas para atingir objetivos maiores que são a excelência acadêmica, o compromisso social, etc., acabaram por levar a um equilíbrio natural num processo de consulta em dois turnos, e não a uma polarização real dentro da comunidade. Tenho sentido que as pessoas não se expressam apenas no sentido do "contra" ou de "a favor", mas, de um modo geral, e estão sempre dispostas a discutir Universidade em alto nível.

Entendo, enfim, que minha proposta de despolarizar atitudes cristalizadas e paralisantes, construindo uma comunidade que não tema a sua heterogeneidade, não só responde concretamente essa pergunta como define uma diretriz para os próximos quatro anos.

2- Na atual conjuntura de aprofundamento do neo-liberalismo, como a atual Reitoria pretende levar internamente o debate sobre o projeto de Universidade?

Inicialmente vale a pena lembrar que a Unicamp é um projeto que vem dando certo há bastante tempo e que vem resistindo à deterioração que ocorre na sociedade brasileira, em especial no setor educacional. Um exemplo são as condições de muitas escolas federais e das instituições de pesquisa de modo geral. Ou seja, parece que ela resiste bem às condições existentes, e um ponto importante desta resistência é sua autonomia administrativa e financeira, e fundamentalmente a acadêmica e científica.

Por outro lado, se o primado da autonomia e da liberdade na definição dos temas e objetivos de pesquisa constituem um princípio a ser necessariamente preservado, visto que ligado à própria essência da atividade intelectual, científica e artística, é preciso também que a Universidade seja sensível às necessidades e demandas da sociedade que a instituiu.

3 - A estrutura atual das fundações da Unicamp - Fecamp e Funcamp - tem gerado críticas apontando distorções no trato do dinheiro público. Como a atual reitoria pretende tratar esta questão da política de captação de recursos e fundações?

Inicialmente cabe lembrar que as alegadas críticas já foram respondidas, inclusive através de boletins da própria Adunicamp, e não entendo que tenha sido apontada nenhuma distorção no trato do dinheiro público.

A Universidade não pode prescindir da captação externa de recursos. Muito ao contrário, ela deve intensificar, em diferentes escalões, a busca de recursos extra-orçamentários, seja através do reforço de atuação das várias áreas de captação de recursos, seja mediante a criação do grupo especial de captação de recursos.

Devo lembrar que essa busca deve ser intensiva porém não indiscriminada, tenho sempre presente que os recursos obtidos, longe de "privatizarem" a universidade, viabilizarão áreas importantes do relacionamento da Unicamp com a sociedade, tanto no campo social como naquele relacionado com o esforço de colaboração para o desenvolvimento do país. O realmente importante é ter sempre critérios que preservem a especificidade da instituição e a fidelidade a seus fins mais elevados, ou seja, explorar a oferta potencial de recursos sem subordinar-se a prioridades privadas ou conflitantes com os interesses maiores da sociedade e com os valores éticos fundamentais da Universidade.

É possível planejar e desenvolver uma ação mais decidida que possibilite avançar por áreas de grande relevância social, cujo financiamento possa ser eventualmente mais difícil, por força da escala de prioridades do governo e das empresas, fazendo com que a Universidade intensifique sua interação com outros setores da sociedade até hoje menos contempladas no plano extensional.

4 - As diferentes unidades vêm enfrentando sérios problemas, em relação às aposentadorias, perdendo com isso vários docentes no auge de sua carreira acadêmica. Como este problema vai ser tratado por sua administração?

Primeiramente cabe lembrar que a aposentadoria é uma opção individual dos docentes, mesmo no auge de sua carreira acadêmica. Por outro lado entendo que cabe às unidades o estabelecimento de uma política de reposição e treinamento de docentes que supra adequadamente esse natural processo de substituição, sem que a qualidade e a excelência acadêmica sofram descontinuidade.

A qualificação docente é um processo cumulativo que deve ser pensado em conjunto, compreendendo inclusive, a inevitabilidade das aposentadorias e a necessidade de absorver novos quadros sem que isso represente uma queda qualitativa.

A discussão conjunta de um processo adequado de mudança pelo qual a Unicamp vai passar nos próximos anos em função do grande número de "professores fundadores" que irão se aposentar é um ponto fundamental das discussões sobre o futuro de nossa universidade.

5 - A gestão anterior deteriorou nossas condições de trabalho diminuindo o quadro docente e de funcionários e aumentando o número de cursos noturnos e de alunos. Enquanto isso a USP e a Unesp vem contratando. A política de contratação atual - utilização de apenas 42% da verba de demissões e aposentadorias - vai continuar?

A gestão do dinheiro público deve se pautar sempre pela transparência e clareza de princípios, dentro dos limites impostos pelas regras existentes. Como não gostaria de tecer comentários a respeito da administração de outras universidades públicas paulistas, prefiro me ater à situação da Unicamp.

Antes de tudo é bom lembrar que a "deterioração das condições de trabalho" é uma discussão importante demais para ser aceita e relacionada pura e simplesmente apenas à não-contratação de docentes. Muitas outras questões estão relacionadas a esse ponto.

Acredito que num determinado momento, como por exemplo na implantação dos cursos noturnos e no aumento do número de vagas em certas áreas e cursos, era mais premente a decisão de sua implementação imediata. Nesse contexto, algumas falhas podem ter ocorrido, o que não impede, de modo algum, que mudanças e correções sejam feitas. E essas mudanças serão propostas e discutidas em conjunto, nos fóruns adequados, sempre no sentido de uma maior qualidade e excelência acadêmica.

Um dos pontos desta discussão poderá abordar, com efeito, o limite do uso das verbas de demissões e aposentadorias, respeitando sempre os limites maiores da própria universidade, inclusive o peso crescente dos inativos em seu orçamento.

Evidentemente esta administração pretende, no limite das condições econômicas (que tem de levar em conta, inclusive, a preservação das conquistas salariais), rever vários critérios de contratação e reposição dos quadros docente e de funcionários.

6 - Nos últimos 5 anos o salário dos docentes teve uma queda de 49% conforme estudos realizados pelo Fórum das Seis. A luta pelo aumento do percentual das Universidades, reivindicação antiga da entidade, como será tratada pela administração?

A "Carta aberta" da Adunicamp aos alunos, distribuída em 11/05, se refere a uma defasagem de 40% dos salários dos docentes em relação ao patamar de 1975. Seja como for, a discussão sobre o aumento da dotação das Universidades Estaduais Paulistas por

11% da quota-parte do Estado na arrecadação do ICMS é uma questão que deve ser tratada em conjunto com as três universidades no CRUESP. No momento, entendo como prioritária a luta pela regulamentação da autonomia universitária, no sentido de garantir um percentual mínimo de 9% para as universidades estaduais.

7 - O acesso aos convênios, em diferentes unidades, depende de relacionamentos individuais e de interesses dos diferentes grupos. Que medidas sua administração pretende tomar no sentido de democratizar o acesso aos convênios?

Entendo que a maioria dos convênios, de modo geral, parte sempre de iniciativas de docentes, grupos de docentes, departamentos e/ou unidades. Neste sentido, entendo que sua democratização estaria garantida na elaboração das propostas. Sem dúvida, cabe à Reitoria assegurar a continuidade desse processo e ampliar as condições já existentes, facilitando o acesso aos meios de financiamento e oferecendo condições de trabalho adequadas a sua execução.

Por outro lado cabe também à Reitoria ampliar as possibilidades de financiamento institucional aos projetos meritórios que, por razões de natureza específica, tenham maior dificuldade de obter financiamento externo.

8 - É consensual a crítica à atual estrutura dos cursos de graduação e às dificuldades encontradas por alunos e professores no período noturno. Como o senhor pretende ampliar esta discussão de modo a garantir a qualidade de graduação e sua tarefa de formação profissional?

Vale a pena reafirmar o compromisso com a melhoria contínua de graduação na Unicamp cuja política deverá ser implementada pelo pró-Reitor de Graduação em conjunto com as instâncias envolvidas no tema.

Podemos destacar alguns itens que deverão estar obrigatoriamente contidos nesta política: ampliar o programa de investimento de recursos específicos para a graduação, fornecendo às unidades de ensino verbas destinadas exclusivamente para este fim; dar prosseguimento às políticas de fortalecimento institucional das equipes de coordenação dos cursos, sobretudo nas atividades de planejamento e avaliação; valorizar a docência na graduação e a pesquisa com ela compartilhada, através da política de captação de verbas para a iniciação científica; incentivar as atividades de avaliação (por docentes e discentes) e o planejamento dos cursos como práticas sistemáticas e construtivas no sentido do aprimoramento permanente; incentivar as revisões/atualizações de currículos dos cursos das diversas áreas (inclusive dos colégios técnicos), de modo que correspondam cada vez mais às necessidades de uma formação sintonizada com as exigências das trans-

formações atuais e com os interesses de desenvolvimento do país; avaliar o processo de implantação dos cursos noturnos, de modo a identificar e tomar providências para corrigir eventuais deficiências nas condições gerais para sua implementação, como a questão do funcionamento da estrutura de apoio da segurança nos campi, dos serviços de alimentação, etc..

9 - Como a sua gestão pretende tratar o atual afastamento da Unicamp em relação ao ensino de 1º e 2º graus?

Entendo que é fundamental tomar a iniciativa de elevar a outro patamar, mais eficiente e mais substantivo, as relações com a Secretaria de Estado da Educação (através da Coordenadoria de Ensino e Normas Pedagógicas e da Fundação para o Desenvolvimento Escolar), com vistas a desempenharmos um papel de peso na qualificação do corpo docente de primeiro e segundo graus. Não se pode ignorar, nesse sentido, o trabalho feito até aqui pelos professores de nossa Faculdade de Educação, cuja experiência no assunto tem de ser levada em conta e se constituir, inclusive, em referência principal para uma retomada rigorosa dos programas. Neste sentido, a ampliação da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários terá papel crucial no fortalecimento dessa linha de ação.



Foto: Mário Camargo

"O realmente importante é ter sempre critérios que preservem a especificidade da instituição e a fidelidade a seus fins mais elevados, ou seja, explorar a oferta potencial de recursos sem subordinar-se a prioridades privadas ou conflitantes com os interesses maiores da sociedade e com os valores éticos fundamentais da Universidade."

Informação na Unicamp: um exercício de manipulação

■ Luís Carlos Guedes Pinto

A análise dos dados relativos à recente consulta para designação do Reitor, bem como da sua divulgação pela Universidade, constitui-se num interessante exercício sobre o uso da informação na Unicamp.

Vejam os resultados oficiais da consulta:

Vamos analisar, a seguir, os resultados oficiais, a fim de verificar se a divulgação feita pela Universidade corresponde a realidade dos fatos.

De acordo com os Estatutos e dado o Colégio Eleitoral determinado pela Comissão de Consulta, ponderando-se na proporção de 3/5, 1/5 e 1/5, o Prof. Martins obteve o maior coeficiente (37,93%). Nesta ponderação estão

São Paulo e Campinas, onde se apresenta o Prof. Martins como vencedor das eleições com 51,27% dos votos. Esta é uma informação falsa, uma manipulação duplamente grosseira: transformando um conceito (coeficiente) em outro (voto), ao mesmo tempo em que introduz um "fator de correção" que, no caso, não tem o menor sentido.

A informação falsa, de tão repetida, acabou sendo assumida - conscientemente ou inconscientemente - até mesmo pelo Prof. Martins, que em sua primeira entrevista concedida ao Jornal da Unicamp (nº 88, abril de 1994, pg. 3), refere-se "aquelas pessoas que me deram 51% no segundo turno". Perdemos o Magnífico Reitor, mas não há como encontrar estes 51%; eles não existem, são uma ficção criada pelos

meios de divulgação da Unicamp. (Sem querer lembrarmos de Goebbels, que há muito dizia que a mentira, se repetida suficientemente, torna-se verdade...).

Encaminhei carta ao Serviço de Apoio ao Servidor e à Assessoria de Imprensa apontando estes equívocos e solicitando retificação, mas não obtive respostas. Em consequência, pedi à Representação Docente no Consu que lesse estas cartas na reunião do dia 29.04.94, acrescentando o seguinte comentário: "Tivemos um processo que empolgou a Universidade, trouxe para o campus jornais e emissoras de rádio e televisão de Campinas e de São Paulo; levou às urnas mais de 15.000 professores, funcionários e alunos, ultrapassando em quase 50% a participação da comunidade em relação à consulta anterior. E mais, tivemos um resultado absolutamente inusitado: o candidato preferido pela comunidade que se manifestou nas urnas, que obte-

ve a maioria dos votos, mesmo dos votos ponderados, devido a um dispositivo estatutário e à definição estabelecida para os Colégios Eleitorais, que inclui na ponderação o peso dos ausentes, não foi o vencedor. Pois bem, estes acontecimentos, únicos na vida da Unicamp, não merecem uma linha sequer de seu Jornal! Nega-se a comunidade o direito de conhecer fatos essenciais de sua história. Ou os jornalistas da Assessoria de Imprensa são absolutamente incompetentes - no que não acreditamos - ou há algo muito mais grave que os impede de exercer sua profissão e deve ser imediatamente superado". Se é inaceitável que uma Universidade que se quer respeitada manipule dados, inacreditável é que ela se proponha a implantar, com esta postura, um curso de pós-graduação em Jornalismo!

A Assessoria de Imprensa da Unicamp transformou-se em instrumento de promoção da Reitoria, da administração do momento, interna e externamente. Em consequência, seus veículos - Jornal e Boletins - não têm representatividade na vida da Universidade e constroem uma "história oficial" - aquela dos vencedores e administradores do momento - que pode atender à necessidades políticas atuais, mas não servirá como documento confiável para a história real da instituição.

É preciso, com urgência, conceber a Assessoria de Imprensa como da Unicamp e não da Reitoria, da administração de turno. A seguir, reformulá-la, para que tenha um mínimo de autonomia e independência.

Se nada mudou para que tudo continuasse como dantes no quartel de abranes, continuaremos a ler manipulações; se algo poderá mudar, e torcemos para que isso ocorra, será consequência de a administração que agora se inicia ouvir menos seus fiéis acólitos e mais os fatos da vida da comunidade universitária.

P.S. Todos os documentos citados (boletins, jornais, etc) encontram-se à disposição dos interessados com o autor e na Adunicamp.

Texto entregue para publicação em maio/94.

Luís Carlos Guedes Pinto é Professor do IE/Unicamp.

NÚMEROS ABSOLUTOS - RESULTADO OFICIAL								
	MARTINS	GALEMBECK	REIS	TOTAL VOTOS VÁLIDOS	BRANCOS E NULOS	TOTAL VOTANTES	ABSTENÇÕES	TOTAL HABILITADOS
DOCENTES	1095	859	5	1959	53	2012	268	2280
FUNCIONÁRIOS	3113	3242	215	6570	808	7378	1855	9233
ALUNOS	1669	4008	86	5763	159	5922	8129	14051

NÚMEROS RELATIVOS - RESULTADOS CALCULADOS SOBRE:			
	TOTAL DE HABILITADOS	TOTAL VOTANTES	TOTAL VOTOS VÁLIDOS
MARTINS	37,93	46,73	48,81
GALEMBECK	35,33	47,94	50,09
REIS	0,72	1,02	1,11
TOTAL VOTOS VÁLIDOS	73,99	95,69	100,00
BRANCOS E NULOS	3,37	4,31	-
ABSTENÇÕES	22,64	-	-
TOTAL GERAL	100,00	100,00	-

A universidade divulgou estes resultados através de uma tabela onde apresentava os números absolutos e, em seguida, os coeficientes (0,3793 - Martins; 0,0071 - Reis; 0,3533 - Galembeck), e uma comparação entre os candidatos (Martins = 51,27%; Reis = 0,97%; Galembeck = 47,76%).

O Serviço de Apoio ao Servidor - SAS publicou um boletim (nº 23 de 11.04.94), dizendo com grande destaque que o "Prof. Martins vence com 51,27% dos votos válidos".

A publicação Unicamp - Notícias (nº 213, 18.04.94) diz que o Prof. Martins teve 51,27% dos votos ponderados.

Os jornais de São Paulo (Folha de S. Paulo e O Estado de São Paulo) e de Campinas (Correio Popular e Diário do Povo), bem como os demais meios de comunicação (emissoras de rádio e televisão), a partir destas fontes, informaram o público em geral que o Prof. Martins venceu a eleição com 51,27% dos votos (ou votos ponderados).

incluídos os que não votaram, ou seja, as abstenções, observando-se que no Colégio Eleitoral fixado foram incluídos os alunos de graduação com matrícula trancada, os alunos de pós-graduação licenciados e docentes afastados da universidade há muitos anos e alguns até sem vínculo salarial. Entretanto, quando se trata de votos - votos depositados nas urnas - qualquer que seja a forma de calcular e ponderar, o Prof. Galembeck foi o vencedor: obteve 47,94% dos votos em relação ao total de votantes e 50,09% dos votos válidos ponderados.

Não colocamos em dúvida o fato de que o Prof. Martins tenha obtido um coeficiente mais elevado de acordo com os Estatutos e com o Colégio Eleitoral fixado pela Comissão de Consulta, que acatamos. Entretanto, o que não aceitamos e repudiamos com veemência, é a divulgação feita pela Universidade através de seus boletins, que acabou sendo assumida pelos jornais de

CONSUS

Representação Docente

O texto abaixo, lido na reunião do Consu de 14/04/94 (por ocasião da formulação da lista tripartite a ser enviada ao governador do estado para escolha do Reitor), foi entregue ao Jornal da Adunicamp para publicação, a pedido de membros da representação docente:

"Os resultados desta última consulta testaram, numa condição limite, as regras de cálculos e/ou de definição de colégio eleitoral qualificado, mostrando a inadequação destas. Pelas razões expostas no manifesto do qual somos signatários, não aceitamos a grave distorção embutida nos resultados oficiais, que é a ponderação dos votos 6,2 vezes maior para a

categoria dos docentes quando comparada à dos alunos.

No entanto, nosso compromisso ético com a comunidade universitária e com a Instituição, impede que votemos de forma a alterar a proposta apresentada pela Comissão Organizadora da Consulta. Desta forma, assumimos o compromisso de empenho máximo para que este Conselho rediscuta os procedimentos e corrija distorções em futuras consultas."

Lúcia Pereira da Silva / Sueli Irene Rodrigues Costa / Luiz Fernando Milanez / Celso Davanzo / Maria Aparecida Moysés / Fernando Galembeck / Raul Vinhas Ribeiro. Seguem assinaturas de Diretores de Unidade, membros da representação discente e de funcionários.

Universidade e democracia

Unicamp: Poder político x valores acadêmicos

■ Roberto Romano

Constatamos nas três universidades públicas de São Paulo o espetáculo dos reitores assumindo o poder político contra a vida acadêmica. Sua atitude "realista" os coloca fora do circuito universitário, caracterizando-os como um instrumento a mais dos que manejam o espaço público objetivando apenas o seu interesse particular. Por esta concentração de mando decisório, sem legitimidade para tanto, são responsáveis todos os Diretores de unidade, todos os Conselhos Universitários, todas as assessorias, todas as congregações. Nenhum reitor poderia assumir ares de imperador (ou ditador) acadêmico se tivesse diante de si colegiados imbuídos de sua dignidade, na defesa dos interesses universais. É tempo de fazer sentir aos membros dos setores legislativos dos campi que eles estão ajudando a destruir o que resta de espírito comum na pesquisa, docência, serviços à comunidade.

"A falta de transparência com o dinheiro público e particular conduz a Universidade no seu todo para rumos não previstos e previsíveis."

Reitores e membros de colegiados recebem pressões dos governos, da iniciativa privada, e dos próprios grupos de professores nossos colegas (ou quase ex-colegas) no sentido de introduzir modificações letais à carreira universitária. Por meio de convênios, estabelecidos sem transparência, e abarcando muitas verbas públicas e particulares, verdadeiros quistos estão se manifestando em todos os setores acadêmicos, nas ciências exatas, tecnológicas, humanas. Os convênios indicados produzem desigualdade no gerenciamento das verbas, e dão aos seus partícipes condições privilegiadas face aos colegas que ainda se aplicam à pesquisa e à docência apenas pelo pagamento do RDIDP.

A falta de transparência com o dinheiro público e particular conduz a Universidade no seu todo para rumos não previstos e previsíveis. Em nome do privilégio de alguns, muitos assumem sem o saber, compromissos poli-

ticos, ideológicos, econômicos contrários e perigosos à prática da ciência e do ensino. Há uma verdadeira manipulação setorial da universidade, sem nenhuma forma de controle das verbas. Todos os dias temos notícias, pela imprensa, de várias irregularidades praticadas por nossos pares com nosso nome e com dinheiro público. Mesmo supondo - e não é o caso - que as denúncias não sejam absolutamente corretas, sequer defender os acusados pode ser algo feito por nós, devido ao segredo e falta de transparência democrática na gestão dos ditos convênios e demais tratos econômicos.

Mas, na verdade, não temos muita razão para duvidar in totum das denúncias, mormente quando o próprio ministério público as julga procedentes. Há uma instrumentalização da universidade para os fins de seus dirigentes executivos, de um lado, e um desvio da universidade tendo em vista os interesses de grupos restritos de professores, os quais usam o nome da universidade, os meios da universidade, os vínculos da universidade com o Estado mais amplo e o mundo empresarial e político para fins não controlados pela universidade. Repeti propositalmente "universidade" nas frases acima, porque julgo estarmos na iminência de ver esta instituição implodida pelos corpos internos, unidos por alvos estranhos aos fins acadêmicos. Se hoje tais colegas colocam-se em situação privilegiada, no plano dos salários e condições de trabalho, pouco podemos contar com eles para a vigilância sobre os autocratas instalados nas reitorias. Mas devemos conhecer seus passos, denunciando à comunidade acadêmica suas formas heterodoxas de proceder - sempre verticalmente, a partir dos gabinetes, jamais debatendo com seus pares, nos departamentos ou congregações - que empenham negativamente nosso nome junto aos setores mais amplos do próprio Estado, da população, da imprensa, dos partidos políticos democráticos.

A manipulação em andamento, via "convênios" é um fato alarmante. Mais alarmante é notar que este atentado aos direitos públicos encontra débil resistência e denúncia nos campi. Na Unicamp, o dito projeto "qualidade" despovoou departamentos, instala núcleos de influência vertical, descaracteriza a carreira, criando anomalias como a "carreira do pesquisador", cavalo de Tróia para reduzir os pesquisadores docentes à miséria de meios para as investigações científicas, e para facilitar o nascimento de novos "nú-

cleos" e "centros" absolutamente descompromissados com o ensino e a pesquisa, sem responsabilidades para com as graduações e pós-graduações, os trabalhos de orientação para o mestrado e doutoramento, e tantos outros elementos determinantes de uma universidade que mereça o nome que tem. É preciso que nos organizemos para exigir transparência dos reitores, dos integrantes do Conselho Universitário, e de nossos colegas que utilizam nosso nome e o de nossa instituição para seus alvos próprios, nos ditos "convênios". Também faz-se mister que se cuide de transformar o trabalho de imprensa da universidade em serviço da mesma, e não do reitor. É um escândalo que informações sem veracidade sejam transmitidas ao povo com o nosso nome enquanto avaliadores destas manobras. Também é preciso fazer com que a Procuradoria jurídica sirva à comunhão universitária, deixando de ser alinhada ao reitor. Ela deve ser autônoma, para garantir o exercício da Lei nos relacionamentos entre a Autoridade acadêmica e a comunhão universitária.

"Na Unicamp, o dito projeto "qualidade" despovoou departamentos, instala núcleos de influência vertical, descaracteriza a carreira, criando anomalias como a "carreira do pesquisador" (...)"

Nesta greve, aproveitemos para nos inteirar sobre os "convênios" sigilosos, e sobre atos verticais e anti-democráticos dos dirigentes. O projeto "qualidade" é algo que também merece análise e crítica coletiva: ele está reduzindo a Unicamp à ruína e à falta de futuro. Basta visitar inúmeros departamentos e discutir com seus integrantes para perceber isto. (Campinas, 11/05/94)

Roberto Romano é Professor Titular do Departamento de Filosofia do IFCH/Unicamp.

POLÍTICA ECONÔMICA

Reflexões leigas sobre a crise econômica

■ José Ricardo Figueiredo

A crônica inflação brasileira desde meados da década de 70 esgotou todos os mecanismos ortodoxos de controle da moeda, e vem desafiando a criatividade dos economistas heterodoxos.

A falência do receituário ortodoxo é patente. A contenção dos salários, a alta dos juros e o enxugamento do Estado são medidas capazes de eliminar pequenos surtos inflacionários em contextos de relativa estabilidade econômica. Têm como consequência sistemática a contenção da demanda por bens, o que a princípio tem efeito anti-inflacionário.

"O receituário liberal-conservador se mostra não apenas socialmente injusto como ainda contra-producente diante do alegado objetivo de redução da inflação em contextos de crise prolongada."

Mas a médio e longo prazo a baixa demanda contém a oferta de bens, por via da redução de produção, das falências e da maior oligopolização da economia. O efeito anti-inflacionário se reverte, configurando um ciclo vicioso de inflação e recessão crescentes.

Esta não é a única contradição da política liberal-conservadora. O cará-

ter globalmente recessivo do combate ortodoxo à inflação afeta gravemente a arrecadação fiscal, tanto pela diminuição das transações como pelo aumento da inadimplência e da sonegação, agravando o déficit público. Além disso, os altos juros, que deveriam esfriar o consumo, têm produzido ganhos tão elevados para as camadas favorecidas pela ciranda financeira que têm contribuído para aumentar seu consumo per-dulário.

Por estas razões o receituário liberal-conservador se mostra não apenas socialmente injusto como ainda contra-producente diante do alegado objetivo de redução da inflação em contextos de crise prolongada.

A falência do catecismo ortodoxo não é mais evidente, em parte, porque esta política atende aos interesses do grande capital, para quem a falência dos concorrentes e o aviltamento dos salários são bem vindos. Desta forma a ortodoxia é defendida sistematicamente na grande imprensa apesar de suas danosas consequências econômicas e sociais.

Mas a permanência deste catecismo também deriva do fato de que as experiências heterodoxas até hoje testadas também naufragaram.

As reformas monetárias como a do Cruzado I e do atual Plano Real, cujas sofisticadas regras de conversão buscam eliminar a inflação inercial, já se provaram capazes de atingir seus fins, reduzindo bruscamente níveis de inflação muito altos a quase zero. Mas por si mesmas estas reformas monetárias são impotentes diante da aceleração inflacionária, por não tocar nas causas das sucessivas mudanças de patamar da inflação. Os formuladores dos diversos Planos sabiam-no: no Cruzado I tentaram manter a inflação nula

com o congelamento, no Plano Real a reforma monetária vem revestida de um reforço das medidas ortodoxas de contenção de salários, enxugamento do Estado e altos juros. O Plano Real recai no mesmo círculo vicioso do monetarismo.

Os congelamentos lineares de preços também provaram ter eficácia limitada no tempo. Pior ainda, o fracasso dos congelamentos serviu de argumento para os que pretendem o Estado totalmente fora das relações econômicas, minando a credibilidade de políticas consequentes de controle permanente de preços, especialmente sobre os setores oligopolistas.

A medida heterodoxa mais radical, o confisco da poupança e das contas correntes por Collor, foi marcada por flagrante contradição. Pareceu atingir o próprio alicerce da sociedade capitalista ao violar arbitrariamente a propriedade. Entretanto os grandes aplicadores puderam reaver rapidamente seu dinheiro, de forma que só a poupança popular foi de fato confiscada. E este plano Robin Hood às avessas não evitou que em pouco tempo a ciranda financeira retornasse.

A inocuidade destas medidas indica que a gravidade da crise exige mudanças mais profundas na economia.

Além do rompimento com as práticas monetaristas, a saída da crise demanda a remoção dos obstáculos mais graves ao crescimento da produtividade, nos sentidos técnico e social.

É evidente a necessidade de uma reforma agrária que penalize o latifúndio improdutivo, de combate ao super lucro especulativo na intermediação agrícola, bem como de desenvolvimento técnico da produção agrícola e industrial.

"Além do rompimento com as práticas monetaristas, a saída da crise demanda a remoção dos obstáculos mais graves ao crescimento da produtividade, nos sentidos técnico e social."

A saída da crise requer ainda o equacionamento soberano da dívida externa, o enfrentamento socialmente justo da dívida interna, uma política fiscal de distribuição de renda, uma administração racional do Estado que fuja à tradição clientelista e o direcionamento dos recursos públicos e privados para um projeto coerente de desenvolvimento.

Tais medidas demandam uma capacidade de planejamento e de intervenção do Estado na economia muito além dos limites da ideologia dos liberais, conservadores e social-democratas convertidos ao liberalismo. Requerem portanto um governo fortemente respaldado nos setores populares e capaz de enfrentar as pressões do grande capital.

José Ricardo Figueiredo é Professor do Departamento de Energia da FEM/Unicamp e Presidente da Adunicamp.

Informe Publicitário

Exitus
corretora de seguros

EXITUS CORRETORA DE SEGUROS

SEGUROS EM GERAL

DESCONTO ESPECIAL PARA ASSOCIADOS DA ADUNICAMP

RUA CUSTÓDIO MANOEL ALVES, 197 - BONFIM - FONES: (0192) 33-6154 / 31-7619 - CAMPINAS/SP